

Convite à apresentação de propostas Guiné-Bissau 2019

Apoio às Organizações da Sociedade Civil e Promoção dos Direitos Humanos
na Região de Bolama-Bijagós, Guiné Bissau

Ref.: EuropeAid/164822/DD/ACT/

Respostas aos pedidos de esclarecimento colocados na sessão de apresentação de dia 17/06/2019 e entre o dia 18 e 28/06/2019

AVISO

Tendo em conta as exigências e especificidades diferentes para cada convite à apresentação de propostas, as respostas aqui dadas destinam-se a fornecer informações úteis aos requerentes. Não substituem nem prevalecem sobre as informações contidas nas "Orientações destinadas aos requerentes de subvenções" publicadas para o convite em apreço. Também não substituem as disposições do "Guia Prático dos procedimentos contratuais no âmbito das ações externas da UE".

Em caso de discrepância entre as informações aqui dadas e as "Orientações destinadas aos requerentes de subvenções" referidas, prevalece este último documento.

A fim de assegurar o tratamento equitativo de todos os requerentes, a Administração Contratante não pode dar um parecer prévio sobre a elegibilidade de requerente (s), co requerente (s), entidade (s) afiliada (s), parcerias, ação ou atividades específicas.

I. Elegibilidade das áreas geográficas de intervenção

1. No âmbito do presente convite, existem áreas geográficas preferenciais na Região Bolama-Bijagós?

A Administração Contratante não definiu, no âmbito do presente convite, territórios ou sub-regiões geográficas preferenciais na região de Bolama-Bijagós.

2. Ao setor de Bolama, para além da zona insular, pertence também uma área continental. Essa área pode ser considerada nas propostas a apresentar como zona geográfica de intervenção?

Considerando que o isolamento associado à insularidade é um dos critérios chave para a definição da área geográfica de intervenção do presente convite, a Administração Contratante não considerará como elegíveis territórios continentais da Guiné Bissau, a não ser que, de forma instrumental, contribua para as ações a serem desenvolvidas na zona a insular da Região Bolama-Bijagós.

II. Elegibilidade das Ações

3. No lote 1, a DUE prioriza alguma das 3 prioridades de intervenção apresentadas?

A Administração Contratante não definiu, no âmbito do presente convite, prioridades de intervenção preferenciais no Lote 1.

4. O apoio financeiro a terceiros está disponível?

As condições de apoio financeiro a terceiros estão definidas no capítulo 2.1.4, página 21, do guia de orientações destinadas a requerentes de subvenções: *"No âmbito do presente convite, os requerentes podem propor apoio financeiro a terceiros para ajudá-los a alcançar os objetivos da ação. O montante máximo de apoio financeiro a terceiros é 60 000 EUR."*

5. A utilização do apoio financeiro a terceiros, no âmbito do presente convite, é visto como um critério preferencial ou uma mais-valia na avaliação das propostas submetidas?

As condições de apoio de financiamento a terceiros estão definidas no capítulo 2.1.4, página 21, do guia de orientações destinadas a requerentes de subvenções. No âmbito do presente convite, é possível solicitar apoio financeiro a terceiros. No entanto, *" (...) o apoio financeiro a terceiros não é considerado essencial para que seja alcançado o objetivo da ação."*

6. Considerando que para garantir a mobilidade de pessoas e mercadorias de forma segura, se deveriam comprar barcos, como se pensa garantir a sustentabilidade de possíveis frotas, após o fim do projeto?

A fim de assegurar o tratamento equitativo de todos os Requerentes, a Administração Contratante não pode dar um parecer prévio ou sugestões relacionadas com ações ou atividades específicas. A Administração Contratante considera, ainda, responsabilidade do Requerente, a apresentação de atividades elegíveis no âmbito das prioridades definidas no convite, e a definição de estratégias de sustentabilidade associadas.

7. No convite a propostas não é mencionado o setor da energia. Isso significa que o setor não pode ser considerado ao nível de possíveis intervenções?

O setor da energia não é identificado como área de intervenção principal no âmbito do presente convite. No entanto, desde que justificado e considerado essencial para que o objetivo da ação seja alcançado, atividades que incluam o elemento energia podem ser consideradas.

III. Elegibilidade dos Requerentes

8. As linhas orientadoras do convite a propostas incentivam à criação de parcerias com entidades privadas. É possível integrar entidades privadas como co-requerentes?

No presente convite a propostas, as entidades privadas não podem ser consideradas como requerentes ou co-requerentes da ação. No entanto, as mesmas são elegíveis enquanto organizações associadas. Para mais informações sobre as organizações associadas, consultar o documento "Orientações destinadas a requerentes de subvenções", capítulo 2.1.3., página 18, e o PRAG, capítulo 6.1.2. Será publicado um *corrigendum* para respetiva clarificação deste ponto.

IV. Outros

9. Considerando que o presente convite tem como objetivo implícito o apoio às organizações da sociedade civil, como é que a DUE pretende fazer a gestão de complementaridade dos projetos aprovados com outras iniciativas, nomeadamente o IANDA Djuntu?

A Administração Contratante incentiva à criação de mecanismos de articulação entre Ações existentes e previstas, em todos os momentos do ciclo de projeto. Desta forma, as propostas de subvenção submetidas deverão propor instrumentos que permitam aos diferentes projetos e ações em curso, a troca de informações úteis, com vista à não sobreposição de atividades, à não sobreposição de beneficiários, entre outros aspetos considerados relevantes.

10. Considerando que os jovens são a maioria da população guineense e que os mesmos não souberam priorizar necessidades no diagnóstico realizado pela UE, como foi considerado este ponto ao nível da elaboração do convite?

Para a preparação do presente convite à apresentação de propostas, a Administração Contratante deslocou-se a Bubaque para a realização de uma consulta direta com a população da região de Bolama-Bijagós. Para melhor compreensão dos resultados desse diagnóstico, recomenda-se a consulta do guia de orientações - capítulo 1.1. Relativamente à dificuldade de priorização de necessidades por parte dos jovens é possível consultar o capítulo 1.1., página 7 que dispõe de mais informação sobre o assunto: "*(...) para os jovens a priorização de ações e intervenções mostrou-se mais complexa, tendo considerado todos os problemas e desafios identificados como uma prioridade*".

Para efeitos de definição das 3 prioridades de intervenção indicadas no Convite a Propostas, foi realizada uma análise transversal das necessidades e desafios levantados nos três momentos chave de diagnóstico (consulta pública, consulta restrita com académicos e especialistas na Região de Bolama/Bijagós e consulta direta à população de Bolama/Bijagós) e junto dos diferentes grupos de intervenientes.

11. Ao nível do diagnóstico é falado em educação. As pessoas priorizam mais a escolarização em geral, ou a formação académica?

Para a preparação do presente convite à apresentação de propostas, a Entidade Contratante deslocou-se a Bubaque para a realização de uma consulta direta com a população da região de Bolama-Bijagós. Para melhor compreensão dos resultados desse diagnóstico, recomenda-se a consulta do guia de orientações - capítulo 1.1. No que respeita à área da educação, os diferentes grupos consultados priorizaram, no geral, a escolarização básica. Para mais informações sobre exemplos de atividades legíveis, recomenda-se a leitura das Linhas de Orientação, nomeadamente o capítulo 2.1.4.

12. **Comentário:** A leitura das linhas de orientação do convite a propostas leva à interpretação de que a União Europeia privilegia a compactação da intervenção para poder maximizar custos logísticos, em detrimento de uma intervenção alargada a ilhas distantes entre si que, apesar de implicar custos logísticos maiores, irá beneficiar mais

peças, uma vez que existe uma descontinuidade populacional grande entre ilhas do Arquipélago Bolama-Bijagós.

A Administração Contratante não pretende privilegiar uma abordagem em detrimento de outra, nem define limites orçamentais para os custos logísticos. Encargos logísticos deverão ser justificados no quadro do orçamento e serão considerados desde que sejam coerentes com os objetivos da ação e a estratégia definida. No processo de avaliação, a Administração Contratante terá em conta as particularidades específicas do contexto geográfico da região Bolama-Bijagós, e a forma como cada proposta tem esse contexto em consideração.

13. Com referência ao convite público à apresentação de propostas pela Comissão Europeia, no âmbito do Programa Temático "Organizações da Sociedade Civil" (OSC) e Instrumento Europeu para a Democracia e os Direitos Humanos (IEDDH), Destinado ao Apoio às Organizações da Sociedade Civil e promoção dos Direitos Humanos na Região de Bolama-Bijagós, Guiné-Bissau, Referência EuropeAid/164712/DD/ACT/ Como indicado no documento de orientação aos requerentes, ou EuropeAid/164822/DD/ACT/Multi Como indicado na plataforma PROSPECT,

Vimos por este meio solicitar o vosso esclarecimento referente à indicação do local correto onde o "Anexo A: Formulário de apresentação de um pedido de subvenção (em Word)" se encontra disponível, uma vez que não nos é possível encontrá-lo no site disponibilizado pelo PROSPECT, onde se encontra toda a restante documentação dedicada à linha em questão. <https://webgate.ec.europa.eu/europeaid/online-services/index.cfm?do=publi.welcome&nbPubliList=15&orderby=upd&orderbyad=Desc&searchtype=RS&apply=N&aofr=164822&userlanguage=PT>

Ambos os documentos Anexo A.1 - Formulário de apresentação do pedido de subvenção - Documento de síntese e Anexo A.2. – Formulário de apresentação do pedido completo estarão disponíveis em PROSPECT e no sítio oficial da subvenção na internet: <https://webgate.ec.europa.eu/europeaid/online-services/index.cfm?ADSSChck=1559823067157&do=publi.detPUB&searchtype=QS&aoref=164822&orderbyad=Desc&nbPubliList=15&page=1&orderby=upd&userlanguage=fr>